

PROJETO DE LEI N.º 2.705, DE 2023

(Do Sr. Luciano Alves)

Acrescenta o §3º ao art. 233 da Lei 7.565, de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, a fim de assegurar ao passageiro que emitiu bilhete de ida e volta, ou trechos consecutivos, a manutenção dos demais trechos, sem multas ou penalidades, caso o passageiro não tenha se apresentado ou cancelado quaisquer trechos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6994/2013.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

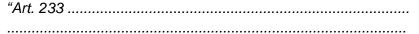
PROJETO DE LEI N°, DE 2023 (Do Sr. Luciano Alves)

Acrescenta o §3º ao art. 233 da Lei 7.565, de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, a fim de assegurar ao passageiro que emitiu bilhete de ida e volta, ou trechos consecutivos, a manutenção dos demais trechos, sem multas ou penalidades, caso o passageiro não tenha se apresentado ou cancelado quaisquer trechos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Esta Lei acrescenta o §3º ao art. 233 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, a fim de assegurar ao passageiro que emitiu bilhete de ida e volta, ou trechos consecutivos, a manutenção dos demais trechos, sem multas ou penalidades, caso o passageiro não tenha se apresentado ou cancelado quaisquer trechos e para estabelecer devolução em dobro do valor do bilhete em caso de descumprimento, além de nova opção de embarque equivalente.

Art. 2° O art. 233 da Lei nº 7.565, de 1986, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:



§3º Permanece válido o trecho de volta, ou os trechos consecutivos, do contrato de transporte aéreo que preveja voo de ida a um destino e de retorno à origem, ou trechos em sequência no mesmo bilhete, na eventualidade de o passageiro cancelar ou não se apresentar para embarque no aeroporto de partida ou em qualquer dos trechos sequenciais, cabendo à empresa de transporte aéreo a devolução em dobro do valor do bilhete, em caso de descumprimento, além de nova opção de embarque equivalente. (NR)"

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.







JUSTIFICAÇÃO

É muito frequente o passageiro emitir um bilhete de ida e volta, ou trechos consecutivos passando por vários destinos e se ver na situação de não embarcar em algum deles. Geralmente, o prejuízo para o passageiro é certo, pois se ele chegou ao destino de outra forma, em outro voo ou mesmo por outro meio de transporte, não poderá utilizar o trecho ainda não voado.

O trecho não voado é conhecido como no-show, que é o termo utilizado para denominar a situação em que um passageiro com passagens confirmadas, não comparece ao embarque sem aviso prévio. Acontece quando o passageiro não faz check-in ou mesmo quando ele faz check-in, mas não embarca no avião.

O No-show pode ser classificado em dois tipos: no-show voluntário, quando o passageiro não comparece ao balcão de embarque e não solicita o cancelamento prévio da reserva. Neste caso ele provavelmente terá que arcar com a despesa de taxas e no-show involuntário, quando o passageiro não embarca por motivos alheios a sua vontade, quando acontece o overbooking (superlotação do voo), por exemplo, ou quando tem embarque negado pela empresa aérea por outros motivos¹.

A verdade é que o consumidor fica quase sempre com enorme prejuízo e transtorno. Não se pode, sob qualquer pretexto, criar uma situação tão desvantajosa para o passageiro. Se alguém compra um bilhete com ida e volta, ou com vários trechos, tem direito a se apresentar em qualquer deles, na data e horário, sem qualquer punição, mesmo que não se apresentado no voo de ida ou em qualquer parte da viagem.

Contamos com a participação intensa dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei que beneficia os usuários do transporte aéreo e até mesmo as companhias aéreas, em função da justiça, credibilidade e previsibilidade que certamente vai gerar.

> Sala das Sessões, em de de 2023.

> > **Deputado Luciano Alves** PSD/PR

¹ https://resolvevoo.com.br/no-show-o-que-fazer/







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI № 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 Art. 233 https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198612-19;7565

FIM DO DOCUMENTO